

# Falta de quorum ameaça debates constituintes

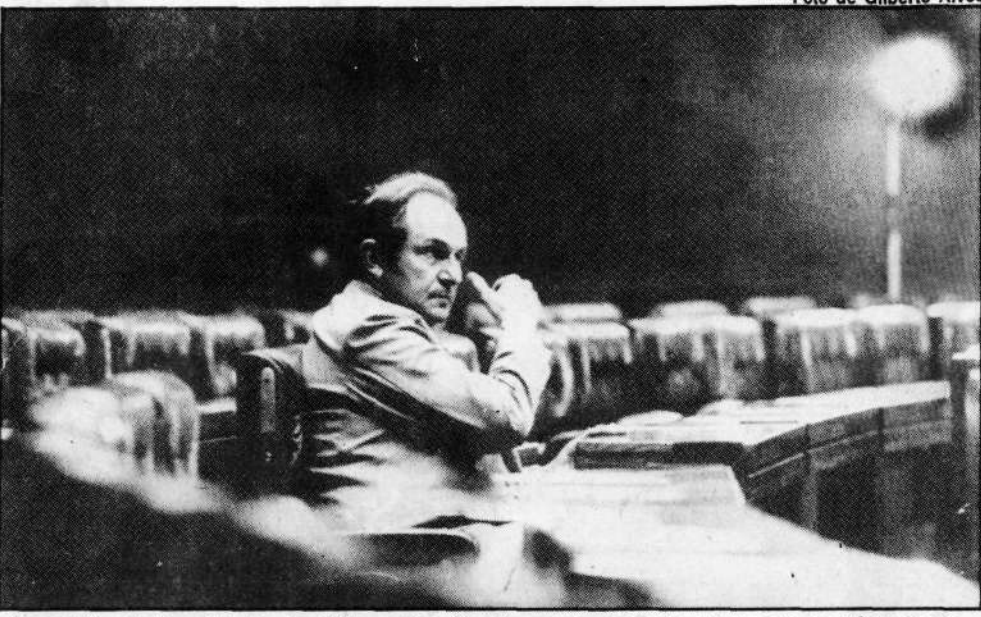
Foto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — "Foi uma enorme decepção." Nas galerias, praticamente vazias, o estudante de Física da Universidade de São Paulo, Oswaldo Sanches, de passagem pela Capital do País para participar da reunião da SBPC, estava inconformado com o que acabava de assistir no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. As 17h50m, o Segundo Vice-Presidente da mesa, Jorge Arbage, encerrava a primeira sessão plenária de discussões do projeto constitucional. Ela durou menos de três horas e depois de ser ameaçada de suspensão por falta de quorum, ouviu apenas dois — Senador João Menezes (PFL-PA) e Deputado Antônio Câmara (PMDB-RN) — dos quatro oradores inscritos.

Cadeiras vazias e muitas críticas à mesa diretora marcaram o início da quarta fase dos trabalhos da Constituinte. Uma cena que deve se repetir até a próxima terça-feira, quando será apreciada a proposta do Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) de organizar os debates por temas, e não deixar a critério do orador o assunto da sua dissertação.

— Este mecanismo que está aí, vai esvaziar completamente o debate. Nem os constituintes serão incentivados a participar das sessões, já que não conhecem o assunto que será tratado, nem a sociedade civil comparecerá à Assembleia. E isso que eles querem, evitar a mobilização popular em torno dos temas polêmicos — disse Plínio de Arruda Sampaio.

A sugestão do Deputado do PT paulista tinha a simpatia, ontem, da grande maioria dos constituintes presentes ao plenário. Já com a adesão formal dos líderes do PC do B, PCB e PDT, Sampaio também recebeu o "de acordo" dos líderes do PFL e do PDS, respectivamente Deputados José Lourenço e Amaral Netto. O PMDB não se manifestou



A solidão do Presidente da Sistematização, Bernardo Cabral, diante do plenário vazio

formalmente, mas muitos de seus representantes defenderam a tese de organização dos debates por tema.

Mas o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já apresentou sua recusa formal à sugestão com o argumento de que a proposta é inviável, já que alguns assuntos atrairiam número bem maior de oradores do que outros, impossibilitando a organização dos debates. A explicação foi dada pelo Senador Mauro Benevides:

— A reforma agrária ou os artigos de interesse regional do Nordeste, por exemplo, serão temas sobre os quais muitos constituintes vão querer se manifestar. Mas cada sessão só poderá ter oito oradores. Como nós vamos escolher?

Ao argumento, Plínio de Arruda Sampaio debatia com a explicação que os assuntos mais concorridos ocupariam as sessões extraordinárias ou mesmo poderiam se prolongar por mais de uma reunião.

— Seria uma tentativa de nos colocar uma camisa de força, determinando sobre o que deveríamos falar, refutou Ricardo Izar (PFL-SP).

— A tribuna é livre. — respondeu Plínio Sampaio — Se o constituinte não quiser obedecer ao senso geral e falar sobre outros assuntos, não há nada que o impeça.

## Cientista denuncia mudança no texto

BRASÍLIA — Afirmando que coisas "muito estranhas" estão acontecendo e atribuindo a modificação a um poderoso lobby, o Reitor da Universidade de São Paulo (USP), José Goldemberg, denunciou ontem a alteração do parágrafo 2, do artigo 417, do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização. O texto, segundo Goldemberg, dizia "toda a atividade nuclear em território nacional será voltada para fins pacíficos". A modificação está sendo considerada uma evidência da intenção de fazer armas nucleares no País.

— A retirada reativa nossas suspeitas, e o mais estranho é que o Presidente Sarney vai visitar as instalações argentinas de enriquecimento de urânio, o que é uma demonstração de que nosso vizinho mais poderoso pretende seguir caminhos pacíficos nesta área. Por isso, não entendemos esta alteração da primeira emenda do Bernardo Cabral para a segunda em tão curto espaço de tempo — afirmou Goldemberg, que está em Brasília participando da 39ª reunião da SBPC.

## Cabral indica 23 parlamentares para conseguir o acordo suprapartidário

BRASÍLIA — Por inspiração do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, um novo grupo começou a trabalhar ontem nos bastidores da Constituinte: escolhidos a dedo entre os políticos com maior capacidade de articulação, 23 constituintes formam o núcleo imaginado por Cabral, de onde poderá surgir o entendimento suprapartidário necessário para se chegar a um consenso em torno do anteprojeto de Constituição que será submetido ao plenário.

A primeira reunião foi feita ontem de manhã, na Biblioteca da Câmara dos Deputados. Estavam presentes os parlamentares José Richa (PMDB-PR), Konder Reis (PDS-SC), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Roberto Freire (PCB-PE), Afff Domingos (PL-SP) e Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Neste encontro preliminar, decidiu-se que o interlocutor do grupo será o Deputado Israel Pinheiro Filho e que o objetivo imediato é "enxugar" o atual do anteprojeto, tornando-o exequível.

O grupo deseja manter os nomes do núcleo central em segredo e ninguém explica como surgiu, já que nenhum deles admite que a iniciativa partiu de Bernardo Cabral e a escolha foi feita por ele e os oito relatores-adjuntos que o auxiliaram na primeira fase dos trabalhos.

Mas a razão para tanto sigilo é uma só: Cabral não quis ferir sentimentos com as escolhas, ao selecionar entre 559 constituintes os 23 que na verdade farão o primeiro esboço daquele que será o seu anteprojeto.

— Foi um processo de gestação espontânea — brincou Israel Pinheiro Filho.

Segundo ele, o grupo nasceu da necessidade da busca do entendimento na Constituinte. Ele define o núcleo como um grupo formado por representantes de diversos partidos, com posições até antagônicas, mas com ampla capacidade de conversar, articular e se entender.

— Existem pontos que precisam

ser negociados. Principalmente aqueles que se referem às questões econômicas e tributárias. A bancada nordestina está muito agressiva, precisamos trabalhar estes companheiros — afirmou Israel.

O núcleo central foi dividido em três grupos, por temas que estão sendo discutidos na Constituinte. No primeiro, que vai tratar dos Direitos e Garantias, Soberania, Educação, Família, Ciência e Tecnologia e Esportes, estão os seguintes constituintes: José Richa, Firmo de Castro (PMDB-CE), Bonifácio de Andrade (PDS-MG), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Luiz Maia (PDS-PE).

O segundo grupo vai trabalhar os temas Organização do Estado, dos Poderes, Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Estão aí os constituintes Renato Vianna (PMDB-SC), Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE), Konder Reis (PDS-SC), Maurício Correia (PDT-DF), Paes Landin (PFL-PI), Prisco Vianna (PMDB-BA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Cid Carvalho (PMDB-MA).

Os temas da Ordem Econômica, Orçamento e Sistema Tributário e Ordem Social, ficaram com os constituintes Virgílio Távora (PDS-CE), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), César Maia (PDT-RJ), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Roberto Freire (PCB-PE), Afff Domingos (PL-SP), Nilson Gibson (PMDB-PE) e Jutahy Júnior (PMDB-BA).

O Relator Bernardo Cabral disse que a formação deste grupo, integrado por constituintes dos mais representativos, lhe dá a certeza de que o consenso será obtido na Constituinte.

Ele se exime da responsabilidade de agrupar estes políticos, afirmando que o movimento surgiu espontaneamente. Mas está confiante no trabalho que será desenvolvido a partir de agora.

— Estas pessoas estão, de fato, querendo colaborar com o Relator, afirmou.

## O orador

O ANTEPROJETO de Constituição poderá ser modificado em plenário por emendas populares. A inovação, aparentemente, parte do princípio de que 30 mil pessoas (número mínimo de signatários) podem se organizar para levar sua proposta a Brasília, mas não teriam como conseguir que um constituinte encampasse a sua sugestão.

SEGUNDO a regulamentação dessa curiosa forma de democracia participativa, as emendas serão defendidas por um dos 30 mil, que terá direito de falar durante 20 minutos.

COMO SE calcula em cem o número de emendas populares, teremos aí dois mil minutos de discursos.

A COMISSÃO de Sistematização já decidiu que conferirá as assinaturas por amostragem. Nem seria possível de outra forma.

MAS RESTA saber como escolher o defensor de cada emenda. Trata-se de honra e privilégio que certamente muitos disputarão.

DEMOCRATICAMENTE, só com eleição direta.

## Ulysses recebe Presidência e passa o dia preocupado com a Convenção

BRASÍLIA — Em seu primeiro dia no exercício da Presidência da República, o Deputado Ulysses Guimarães manteve contatos políticos com lideranças de todos os partidos mas sua atenção estava voltada, com maior interesse, para a Convenção do PMDB no próximo fim de semana. Após receber o cargo do Presidente José Sarney, na Base Aérea de Brasília, Ulysses seguiu para o Palácio do Planalto e despachou com os Ministros do SNI e Gabinete Civil.

Ele almoçou com os líderes partidários na Constituinte mais os membros das Mesas da Constituinte e da Câmara. Ulysses não deixou de convidar para o almoço o Secretário-Ge-



Ulysses almoça com líderes de todos os partidos

ral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira; o Diretor-Geral da Câmara, Ademar Sabino; e sua Chefe de Gabinete na Presidência da Câmara, D. Dorothy. No fim do almoço, no restaurante privativo do Planalto, ergueu um brinde pela "unidade nacional através do diálogo" e "à Cons-

tituição, para que seja considerada e amada pelo povo brasileiro".

Ulysses recebeu, ainda, em audiência, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna; os Deputados Antônio Perosa (PMDB-SP), acompanhando uma delegação de parlamentares da Alemanha Ocidental; os Deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP); o Diretor-Geral da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Pirró; o ex-Deputado Jorge Vargas e o Embaixador Hélio Cabral, além dos Ministros Almir Pazzianotto (Trabalho) e Henrique Sabóia (Marinha).

À noite, recebeu a bancada do PMDB de São Paulo, o Líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, e o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, para jantar na residência oficial da Presidência da Câmara. Hoje ele almoça no Planalto com o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, e o Secretário-Geral, Dom Celso Queiroz, e janta com a cúpula dirigente do PFL.

## Lourenço tem solidariedade da colônia

A Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras enviou telegrama de solidariedade ao Deputado José Lourenço (PFL-BA), no episódio em que esteve envolvido com o Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ). Diz o texto:

"Em nome da Federação, repelimos o tráfego recurso de um deputado do Rio de Janeiro que, incapaz de contrapor argumentos às razões apresentadas na proposta de conversão dos empréstimos externos em capital de risco, procurou atingi-lo referindo-se ao seu nascimento em Portugal. O esguicho de mediocridade acabou por cair sobre o autor, mas assim mesmo gostaríamos de manifestar-lhe a nossa solidariedade e dizer-lhe que, se como brasileiro não esconde seu orgulho de ter nascido em Portugal, nós, que vivemos no Brasil, temos-lo, por justa mercê, como grande amigo de uma comunidade que está além das fronteiras e das nacionalidades, pois se fundamenta em sentimentos, na Língua e na História comuns. Ao Deputado Paulo Ramos as batatas — e que leia a Constituição; a Vossa Excelência — o testemunho de nossa admiração e amizade".

## Receita tenta mudar projeto sobre tributos

BRASÍLIA — A Secretaria da Receita Federal, a pedido do Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, vai negociar com os principais líderes da Constituinte para minimizar os efeitos da nova legislação tributária sobre a arrecadação federal. O Governo concluiu que a aprovação do texto que está sendo debatido pelos constituintes simplesmente subtrairia 49 por cento dos impostos, correspondendo a Cz\$ 500 bilhões.

A Receita Federal vai propor que a União continue cobrando os chamados impostos únicos (minerais, combustíveis e energia elétrica) e abra mão da arrecadação sobre conicações e transporte. Ao mesmo tempo a Receita negociará a redução do adicional que seria encaminhado aos estados em municípios (previsto em 26 por cento) para patamares suportáveis pela União.

Pelo texto da Constituinte, o Governo federal arrecadaria apenas o imposto de renda e o IPI, além de tributos menores como o IOF e o imposto de importação que nem sequer são considerados para efeito da programação dos dispêndios.